

política

Editora: Paula Coutinho
politica@jornaldocomercio.com.br

Moraes determina trâmite para extraditar ex-deputada

Carla Zambelli deve ser enviada ao Distrito Federal para cumprir pena

/ JUSTIÇA

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes determinou em decisão divulgada ontem que os Ministérios da Justiça e das Relações Exteriores iniciem as providências necessárias para extraditar a ex-deputada federal Carla Zambelli (PL-SP). A decisão foi tomada após a Justiça italiana autorizar, em março, que ela fos-

se enviada ao Brasil para cumprir pena.

A Corte de Apelação italiana proferiu decisões a favor da extradição de Zambelli nos dois processos em que ela foi condenada no STF, mas ainda existem recursos a serem analisados. Um deles deve ser avaliado nesta sexta-feira. A defesa argumenta que ela sofre perseguição política no Brasil e não teve direito a um julgamento justo.

No último dia 14, a Coordenação-Geral de Extradicação e Transferência de Pessoas Condenadas enviou decisão da Corte de Roma sobre o deferimento da extradição da ex-deputada e solicitou que sejam enviadas as garantias exigidas pelas autoridades italianas para a concretização do processo.

Carla Zambelli foi condenada pelo STF no ano passado a dez anos de prisão por invasão dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e inserção de documentos falsos. Depois, recebeu uma segunda condenação, de cinco anos e três meses, por perseguir armada um homem na véspera do segundo turno das eleições de 2022.

Depois da primeira condenação, ela deixou o Brasil e foi para a Itália, onde foi presa. Caso os recursos restantes sejam rejeitados e a decisão de extradição seja confirmada, Zambelli deve ser transferida ao Brasil e ficar presa na Penitenciária Feminina do Distrito Federal, conhecida como Colmeia.



Ministro tomou decisão após Justiça italiana autorizar retorno ao Brasil

Decreto manda big techs prevenir conteúdos criminosos

/ GOVERNO FEDERAL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assinou, ontem, decreto que atualiza a regulamentação do Marco Civil da Internet. O texto trata dos deveres e possibilita a responsabilização das plataformas digitais sobre os conteúdos distribuídos em seus ecossistemas.

A medida ainda atribui competência à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) para regular, fiscalizar e apurar infrações ao Marco Civil da Internet.

O texto, que ainda será publicado no Diário Oficial da União, reforça que empresas que operam no Brasil precisam cumprir a legislação brasileira e atuar de forma proativa e proporcional para impedir a circulação massiva de conteúdos criminosos.

A assinatura ocorreu em cerimônia no Palácio do Planalto para marcar os 100 dias do Pacto Nacional Brasil Contra o Femicídio. Na ocasião, Lula também firmou decreto que visa reforçar a proteção das mulheres no ambiente digital.

Com as novas regras, o governo está atualizando uma regulamentação que já existe desde 2016, quando foi publicado o Decreto nº 8.771, que detalhava as obrigações do Marco Civil da Internet.

Entretanto, em 2025, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou o artigo 19 do Marco Civil da Internet - que trata da responsabilização das plataformas - parcialmente inconstitucional e definiu obrigações para provedores de aplicações digitais que ainda precisavam de detalhamento operacional. "Assim, o decreto precisou ser atualizado para incorporar a decisão do STF e para ampliar a capacidade de agir diante do crescimento de fraudes digitais, golpes online e novas formas de violência na internet", explicou a Presidência, em comunicado.

O decreto estabelece medidas para o enfrentamento de fraudes digitais, anúncios enganosos e redes artificiais utilizadas para a disseminação de golpes. Uma das mudanças é a obrigação de empresas que comercializam anún-

cios guardarem dados que permitam eventual responsabilização dos autores e reparação de danos às vítimas.

As plataformas também deverão agir preventivamente para impedir a circulação de postagens relacionadas a crimes graves, como terrorismo, exploração sexual de crianças e adolescentes, tráfico de pessoas, incentivo à automutilação e violência contra mulheres, conforme o entendimento firmado pelo STF em relação ao Marco Civil da Internet.

Nos casos de conteúdos criminosos impulsionados por publicidade paga, as plataformas poderão ser responsabilizadas quando houver falhas recorrentes na adoção de medidas para prevenir fraudes, golpes e crimes. Para os demais casos, a remoção de publicações pode ocorrer após notificação, com espaço para análise pelas empresas, garantia de informação ao usuário notificante e dono do perfil ou conteúdo, e possibilidade de contestação da decisão.



Repórter Brasília
Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br



Missões: orgulho gaúcho

A sessão solene pelos 400 anos das Missões Jesuíticas, pedida e presidida pelo deputado Pedro Wetsphalen (PP, 2º à esq. na foto) transformou o plenário da Câmara dos Deputados em um retrato do orgulho gaúcho. Mais do que uma homenagem histórica, o ato serviu para reforçar um discurso político recorrente entre parlamentares do Rio Grande do Sul: a defesa das raízes culturais, da identidade missioneira e da força política de uma região que ajudou a moldar a história do Brasil.

Patrimônio nacional

Entre os discursos mais enfáticos, esteve o do deputado federal gaúcho Marcel van Hattem (Novo). O parlamentar afirmou que visitar as Missões "muda a vida", ao permitir compreender como nasceu parte da história brasileira. O deputado destacou que as ruínas jesuíticas ultrapassam o simbolismo regional e representam um patrimônio nacional que precisa ser preservado e valorizado.

Preservação histórica

Van Hattem também lembrou o apoio destinado a municípios missioneiros em projetos de reestruturação turística e preservação histórica. Em tom político, aproveitou a cerimônia para reforçar alianças e projetar cenários eleitorais, citando o deputado federal gaúcho Ubiratan Sanderson (PL) como futuro companheiro no Senado. Na avaliação do parlamentar, o Rio Grande do Sul mantém a tradição de enviar a Brasília políticos "combativos", independentemente da posição ideológica.

Defensor da pauta missioneira

A homenagem acabou se transformando também em reconhecimento ao ministro do TCU Augusto Nardes, frequentemente citado como um dos principais defensores da pauta missioneira ao longo das últimas décadas. Van Hattem exaltou a atuação de Nardes no Tribunal de Contas da União e afirmou que o ministro teve papel decisivo no enfrentamento das "desordens das contas públicas" durante o processo que culminou no impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff.

Investimentos em turismo

O clima da sessão mostrou que a pauta missioneira continua unindo diferentes alas políticas do estado. Prefeitos, vereadores, lideranças culturais e representantes municipalistas reforçaram o coro pela preservação do patrimônio histórico e pela ampliação dos investimentos em turismo e infraestrutura na região das Missões.

Identidade memória e pertencimento

No fundo, Brasília assistiu a algo raro nos dias atuais: parlamentares gaúchos deixando as disputas nacionais em segundo plano para falar de identidade, memória e pertencimento. Em tempos de polarização permanente, as Missões serviram como ponto de convergência política e emocional. Destaque na sessão para o vereador Odair Kempa de Dezesseis de Novembro e Ana Terezinha Dorneles, do CTG Jayme Caetano Braun. Os dois vestidos a caráter.